

Bruxelas, XXX  
[...] (2019) XXX draft

## **COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO**

**Comunicação sobre a proteção das informações confidenciais para a aplicação privada  
do direito da concorrência da UE pelos tribunais nacionais**

## COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO

### Comunicação sobre a proteção das informações confidenciais para a aplicação privada do direito da concorrência da UE pelos tribunais nacionais

#### I. Âmbito e objetivo da presente comunicação

1. O acesso às provas é um elemento importante para aplicar os direitos conferidos aos particulares pelos artigos 101.º ou 102.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia («TFUE») em processos cíveis nos tribunais nacionais. Através da divulgação de elementos de prova, os tribunais nacionais desempenham um papel essencial na correção das assimetrias de informação entre demandantes e demandados.
2. A aplicação privada do direito da concorrência da UE pode assumir diferentes formas, nomeadamente:
  - (i) ações declarativas, que podem ser entendidas como ações através das quais os demandantes requerem ao tribunal que declare que o demandado infringiu o direito da concorrência da UE e que foram lesados por essa infração. Nestes casos, a quantificação dos danos sofridos é decidida pelos tribunais nacionais numa ação separada e subsequente,
  - (ii) ações inibitórias, que podem ser entendidas como ações destinadas a impedir comportamentos contrários às regras de concorrência da UE,
  - (iii) ações de indemnização, que podem ser entendidas como ações através das quais os demandantes pedem reparação pelos danos causados por uma empresa ou associação de empresas na sequência de uma infração ao direito da concorrência da UE. As ações de indemnização podem ser ações de seguimento ou ações autónomas. As ações de seguimento são ações cíveis instauradas depois de a Comissão Europeia («Comissão») ou de uma autoridade nacional da concorrência ter declarado a existência de uma infração. As ações autónomas são ações cíveis que não decorrem do facto de uma autoridade de concorrência ter declarado previamente uma infração ao direito da concorrência. Nesse caso, o tribunal apreciará, em primeiro lugar, se o direito da concorrência foi infringido, antes de apreciar se o demandante sofreu danos e de quantificar esses danos e fixar uma reparação.
3. Nas ações de aplicação privada do direito da concorrência da UE, os tribunais nacionais podem receber pedidos de divulgação de provas que contenham informações confidenciais. É esse o caso, em especial, das ações de indemnização.
4. Nas ações de indemnização, os tribunais nacionais devem poder ordenar a divulgação de determinados elementos ou categorias de provas, a pedido de uma das partes, tendo em devida conta a necessidade e a proporcionalidade das medidas de divulgação<sup>1</sup>. Para o efeito, os tribunais nacionais devem dispor de um conjunto de medidas para proteger as informações confidenciais de uma forma que não impeça o acesso efetivo das partes à justiça ou o exercício do direito a uma reparação integral. Ao mesmo tempo, os tribunais nacionais devem ter em conta as garantias necessárias para a proteção dos elementos de prova que contenham informações confidenciais<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Artigo 5.º, n.ºs 1, 2 e 3 da Diretiva 2014/104/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de novembro de 2014, relativa a certas regras que regem as ações de indemnização no âmbito do direito nacional por infração às disposições do direito da concorrência dos Estados-Membros e da União Europeia (JO L 349 de 5.12.2014, p. 1). («Diretiva Ações de Indemnização»)

<sup>2</sup> Ver considerando 18 e artigo 5.º, n.º 4, da Diretiva Ações de Indemnização.

5. A presente comunicação visa ajudar os tribunais nacionais no tratamento dos pedidos de divulgação de informações confidenciais no âmbito de processos de aplicação privada do direito da concorrência da UE, em especial no que se refere às ações de indemnização<sup>3</sup>. A comunicação visa especificamente ajudar os tribunais nacionais na escolha de medidas de proteção eficazes, tendo em conta as circunstâncias específicas do processo, o tipo e o grau de sensibilidade das informações confidenciais, bem como outras considerações pertinentes previstas na secção III infra. Tais medidas podem ser utilizadas na medida em que estejam disponíveis ao abrigo das regras processuais nacionais e em que sejam compatíveis com essas regras, incluindo o direito a um processo equitativo e o direito de defesa, tal como reconhecidos pelo direito nacional e da UE.
6. A presente comunicação constitui uma referência para inspiração e orientação, não sendo vinculativa para os tribunais nacionais nem alterando as regras em vigor ao abrigo do direito da UE nem do direito dos Estados-Membros. Não altera nem introduz alterações às regras processuais aplicáveis aos processos cíveis nos vários Estados-Membros. Por conseguinte, um tribunal nacional não é obrigado a respeitar a comunicação. A presente comunicação também não prejudica a jurisprudência dos tribunais da UE.
7. Além disso, nada na presente comunicação deve ser interpretado no sentido de permitir a divulgação de elementos de prova protegidos ao abrigo do sigilo profissional dos advogados, ou seja, o princípio da confidencialidade das comunicações entre um representante legal e o seu cliente<sup>4</sup>. A presente comunicação não abrange nem prejudica as regras e práticas em matéria de acesso do público aos documentos na posse das instituições europeias ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1049/20015, nem de tratamento de dados pessoais ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 2018/1725 e do Regulamento (UE) 2016/6796.
8. Por último, a presente comunicação tem por base determinados aspetos tratados pela Comunicação sobre a cooperação entre a Comissão e os tribunais nacionais<sup>7</sup>. A presente

---

<sup>3</sup> O artigo 2.º, ponto 1, da Diretiva Ações de Indemnização define «infração ao direito da concorrência» como uma violação dos artigos 101.º ou 102.º do TFUE ou do direito nacional da concorrência. O artigo 2.º, ponto 3, da diretiva, define «direito nacional da concorrência» como as disposições do direito nacional que visam predominantemente o mesmo objetivo que os artigos 101.º e 102.º do TFUE e que são aplicadas no mesmo processo e em paralelo com o direito da concorrência da União, nos termos do artigo 3.º, n.º 1, do Regulamento (CE) n.º 1/2003, excluindo as disposições do direito nacional que impõem sanções penais a pessoas singulares, exceto na medida em que tais sanções penais constituam os meios para aplicar as regras de concorrência às empresas.

<sup>4</sup> Artigo 5.º, n.º 6, da Diretiva Ações de Indemnização; ver também o acórdão no processo 155/79, AM & S Europe/Comissão, EU:C:1982:157 e no processo C-550/07 P, Akzo Nobel Chemicals e Akcros Chemicals/Comissão, EU:C:2010:512.

<sup>5</sup> Regulamento (CE) n.º 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2001, relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão (JO L 145 de 31.5.2001, p. 43). «O presente regulamento destina-se a permitir o mais amplo efeito possível do direito de acesso do público aos documentos [...]» (considerando 4). O regulamento relativo ao acesso aos documentos diz respeito à transparência e destina-se a permitir a divulgação de informações ao público em geral. Tal como o Tribunal Geral esclareceu recentemente «[...] o Regulamento n.º 1049/2001 tem por objetivo conceder o direito de acesso do público em geral aos documentos das instituições, e não estabelecer regras cuja finalidade é proteger o interesse específico que uma ou outra pessoa possa ter em aceder a um desses documentos» (ver processo T-623/13 Unión de Almacénistas de Hierros de España/Comissão, ECLI:EU:T:2015:268, n.º 86). Por conseguinte, esse regulamento não visa suprir as necessidades específicas dos demandantes em ações de indemnização decorrentes de infrações ao direito da concorrência da UE. No entanto, esses demandantes podem recorrer plenamente às regras nacionais de transposição dos artigos 5.º e 6.º da Diretiva Ações de Indemnização.

<sup>6</sup> Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos e organismos da União e à livre circulação desses dados (JO L 295 de 21.11.2018, p. 39) e Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE («Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados») (JO L 119 de 4.5.2016, p. 1).

<sup>7</sup> Comunicação da Comissão sobre a cooperação entre a Comissão e os tribunais dos Estados-Membros da UE na aplicação dos artigos 81.º e 82.º do Tratado CE (JO C 101 de 27.4.2004, p. 54), com a redação que lhe foi dada pela Comunicação da Comissão — Alterações à Comunicação da Comissão sobre a cooperação entre a Comissão e os

comunicação tem igualmente em conta os aspetos pertinentes da Diretiva sobre os Segredos Comerciais e está em plena conformidade com tal diretiva<sup>8</sup>.

## **II. Divulgação de elementos de prova que contêm informações confidenciais perante os tribunais nacionais**

### **A. Considerações pertinentes para a divulgação de elementos de prova**

9. No contexto da aplicação privada do direito da concorrência da UE, a capacidade das partes para exercerem os seus direitos de forma eficaz depende frequentemente da possibilidade de aceder aos elementos de prova necessários para fundamentar o seu pedido ou a sua defesa.
10. Para os demandantes, esse acesso aos elementos de prova é necessário, nomeadamente, para provar a existência de uma infração numa ação autónoma, para provar a existência de um nexo de causalidade entre a infração e o alegado prejuízo e, caso este exista, o montante desse prejuízo. No entanto, esses elementos de prova podem nem sempre estar na posse da parte sobre quem recai o ónus da prova ou facilmente acessíveis a esta.
11. Por exemplo, no contexto de ações de indemnização de seguimento, os demandantes podem ter de requerer o acesso aos elementos de prova para demonstrar a existência ou a extensão dos danos sofridos, uma vez que as provas necessárias se encontram muitas vezes na posse do demandado. Por outro lado, se, por exemplo, um demandado alegar que o demandante repercutiu nos seus próprios clientes os custos adicionais decorrentes da infração (a denominada «defesa baseada na repercussão dos custos adicionais»), o demandado pode exigir o acesso a elementos de prova que estão na posse do demandante ou de terceiros<sup>9</sup>.
12. Na maioria dos casos, uma das partes terá na sua posse os elementos de prova requeridos. Nalguns casos, as provas solicitadas (por exemplo, para declarar a existência da infração ou definir o âmbito temporal da infração) estarão presentes em documentos transmitidos ao demandado ou por este obtidos junto de uma autoridade da concorrência, através do acesso ao processo da autoridade da concorrência (por exemplo, documentos preexistentes, respostas a pedidos de informação, etc.). Noutros casos, o demandado ou o demandante podem ter na sua posse elementos de prova adicionais relevantes para o pedido de indemnização (por exemplo, para a quantificação dos danos, para estabelecer o nexo de causalidade, para calcular uma eventual «repercussão» de custos adicionais por parte dos demandados, etc.) e que não foram incluídos no processo da autoridade de concorrência. É o caso, em especial, das informações sobre preços específicos dos clientes, margens de lucro, receitas ou outros dados, tais como o comportamento dos adquirentes em matéria de preços, etc.
13. A divulgação dos elementos de prova deve ser requerida às partes no processo cível ou a terceiros, na medida em que estejam na posse de informações, ou seja, se tiverem provas sob o seu controlo. O conceito de controlo não implica que os documentos tenham de estar na posse física do detentor da informação. Por exemplo, se os elementos de prova estiverem localizados no disco rígido de uma filial do demandado, considera-se que tais elementos de prova se encontram sob o controlo do demandado<sup>10</sup>.

---

tribunais dos Estados-Membros da UE na aplicação dos artigos 81.º e 82.º do Tratado CE (JO C 256 de 5.8.2015, p. 5). («Comunicação sobre a cooperação com os tribunais nacionais»)

<sup>8</sup> Diretiva (UE) 2016/943 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2016, relativa à proteção de *know-how* e de informações comerciais confidenciais (segredos comerciais) contra a sua aquisição, utilização e divulgação ilegais (JO L 157 de 15.6.2016, p. 1).

<sup>9</sup> Comunicação da Comissão sobre a quantificação dos danos nas ações de indemnização no domínio anti-*trust* (JO C 167 de 13.6.2013, p. 19) e Guia Prático para quantificar os danos nas ações de indemnização que tenham por fundamento as infrações aos artigos 101.º ou 102.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (11.6.2013). Ver também as Orientações destinadas aos tribunais nacionais sobre a forma de calcular a parte dos custos adicionais gerados por um cartel que é repercutida nos adquirentes indiretos e nos consumidores finais (Nota: ainda não publicadas).

<sup>10</sup> Relativamente ao conceito de empresa no contexto da aplicação privada, ver processo C-724/17 Vantaan kaupunki/Skanska Industrial Solutions Oy e outros, EU:C:2019:204, n.º 47.

14. A pedido de uma das partes, os tribunais nacionais podem ordenar a divulgação de elementos de prova a uma parte ou a um terceiro. Como medida residual, se as partes no processo cível ou qualquer outro terceiro não puderem fornecer de modo razoável os elementos de prova identificados e se o pedido disser respeito a um documento do processo da Comissão ou da autoridade nacional da concorrência competente, o tribunal nacional pode dirigir-lhes o pedido<sup>11</sup>. Pode ser esse o caso quando a parte em causa não consegue encontrar um documento específico (se, por exemplo, o ficheiro estiver corrompido, tiver havido um incêndio nas instalações e os antigos processos físicos tiverem sido destruídos).
15. Em especial, a Diretiva Ações de Indemnização obriga os Estados-Membros a preverem o direito de os demandantes e os demandados obterem a divulgação dos elementos de prova pertinentes para o seu pedido ou a sua defesa, nas seguintes condições<sup>12</sup>.
16. Em primeiro lugar, os tribunais nacionais devem determinar se o pedido de indemnização é plausível e se o pedido de divulgação diz respeito a provas pertinentes e é proporcional<sup>13</sup>. A Diretiva Ações de Indemnização estabelece que a apreciação da proporcionalidade deve ter em conta o âmbito e os custos da divulgação, em especial para os terceiros interessados, inclusive para evitar pesquisas não específicas de informação de relevância improvável para as partes no processo. É provável que os pedidos de divulgação muito vastos ou genéricos não preencham esses requisitos<sup>14</sup>.
17. Em segundo lugar, os pedidos de divulgação devem identificar elementos de prova determinados ou categorias de elementos de prova relevantes «da forma mais precisa e estrita possível» com base em factos razoavelmente disponíveis<sup>15</sup>. As categorias de elementos de prova podem ser identificadas pelas características comuns dos elementos que as constituem, como sejam a natureza, o objeto ou o conteúdo dos documentos cuja divulgação se solicita, o momento em que foram elaborados ou outros critérios. Por exemplo, um pedido de categorias de elementos de prova pode referir-se aos dados das vendas do produto Y trocados pelas empresas A e B entre 2000 e 2005.
18. Em terceiro lugar, no que se refere à divulgação de informações incluídas no processo da Comissão ou de uma autoridade nacional da concorrência, a Diretiva Ações de Indemnização especifica que, ao apreciar a proporcionalidade de uma decisão de divulgação, um tribunal nacional deve, entre outros aspetos, ponderar se «o pedido foi formulado especificamente no que respeita à natureza, ao objeto ou ao conteúdo dos documentos apresentados à autoridade da concorrência ou incluídos no processo dessa autoridade ou se, pelo contrário, é um pedido não específico relativo a documentos apresentados a uma autoridade da concorrência»<sup>16</sup>. No entanto, no que diz respeito a estes tipos de documentos, importa recordar que a Diretiva Ações de Indemnização estabelece que as declarações de clemência e as propostas de transação nunca podem ser divulgadas (os denominados «documentos da lista negra») <sup>17</sup>. Além disso, caso a Comissão ou uma autoridade nacional da concorrência não tenha ainda encerrado

<sup>11</sup> Ver artigo 4.º, n.º 3, do TUE sobre o princípio da cooperação leal entre a União e os Estados-Membros e o artigo 15.º, n.º 1, do Regulamento n.º 1/2003 no que respeita aos pedidos de informações à Comissão, bem como o processo C-2/88, *Zwartveld*, EU:C:1990:315, n.º 22. Ver também o artigo 6.º, n.º 10, da Diretiva Ações de Indemnização, que prevê que a divulgação de informações por parte de uma autoridade da concorrência constitui apenas uma medida de último recurso («Os Estados-Membros asseguram que os tribunais nacionais só requeiram à autoridade da concorrência a divulgação de elementos de prova incluídos no seu processo, caso nenhuma parte ou nenhum terceiro os possa fornecer de modo razoável»).

<sup>12</sup> Ver considerando 15 e artigo 5.º, n.º 1, da Diretiva Ações de Indemnização.

<sup>13</sup> Ver artigo 5.º, n.ºs 1 e 3, da Diretiva Ações de Indemnização; Ver também as observações da Comissão ao High Court of Justice (Tribunal Superior de Justiça) do Reino Unido, de 27 de janeiro de 2017, nos termos do artigo 15.º, n.º 3, do Regulamento (CE) n.º 1/2003, no processo EURIBOR, ponto 24, disponível em [http://ec.europa.eu/competition/court/antitrust\\_amicus\\_curiae.html](http://ec.europa.eu/competition/court/antitrust_amicus_curiae.html)

<sup>14</sup> Ver considerando 23 da Diretiva Ações de Indemnização, no que se refere ao princípio da proporcionalidade e à prevenção de investigações prospetivas, ou seja, a pesquisa não específica ou excessivamente vasta de informações de improvável relevância para as partes no processo.

<sup>15</sup> Ver considerando 16 e artigo 5.º, n.º 2, da Diretiva Ações de Indemnização.

<sup>16</sup> Artigo 6.º, n.º 4, alínea a), da Diretiva Ações de Indemnização.

<sup>17</sup> Artigo 6.º, n.º 6, da Diretiva Ações de Indemnização.

o seu processo, o tribunal nacional não pode ordenar a divulgação de informação preparada por uma pessoa singular ou coletiva especificamente para o processo de uma autoridade da concorrência, de informação elaborada por uma autoridade da concorrência e enviada às partes no decurso do seu processo e de propostas de transação revogadas (os denominados «documentos da lista cinzenta»)<sup>18</sup>.

## **B. Divulgação de informações confidenciais**

19. Nos processos de aplicação privada do direito da concorrência da UE, os tribunais nacionais devem assegurar o exercício efetivo dos direitos dos demandantes e dos demandados, concedendo-lhes acesso às informações relevantes para fundamentar os respetivos pedidos (se estiverem reunidas as condições para a sua divulgação), protegendo simultaneamente os interesses da parte ou do terceiro cujas informações confidenciais são objeto da divulgação.
20. Além disso, no contexto dos processos nacionais, o facto de as informações terem caráter confidencial não constitui um impedimento absoluto para a sua divulgação<sup>19</sup>. O mesmo se aplica à divulgação de segredos comerciais no contexto da Diretiva sobre os Segredos Comerciais<sup>20</sup>.
21. No entanto, ao serem divulgadas informações confidenciais, essas informações devem, na medida do possível, ser protegidas. Com efeito, a proteção dos segredos comerciais e de outras informações confidenciais constitui um princípio geral do direito da UE<sup>21</sup>.
22. No que diz respeito à aplicação privada, a Diretiva sobre os Segredos Comerciais estabelece um conceito da UE de segredo comercial. O artigo 2.º, ponto 1, da Diretiva sobre os Segredos Comerciais define segredo comercial como as informações que cumprem cumulativamente os requisitos seguintes:
  - (i) serem secretas, no sentido de, na sua globalidade ou na configuração e ligação exatas dos seus elementos constitutivos, não serem geralmente conhecidas pelas pessoas dos círculos que lidam normalmente com o tipo de informações em questão ou não serem facilmente acessíveis a essas pessoas,
  - (ii) tenham valor comercial pelo facto de serem secretas e
  - (iii) tenham sido objeto de diligências razoáveis, atendendo às circunstâncias, por parte da pessoa que detém legalmente o controlo das informações, no sentido de as manter secretas.
23. Os segredos comerciais, tal como definidos supra, são, por definição, considerados informações confidenciais. No entanto, outros tipos de informação podem também ser considerados confidenciais.
24. O que pode constituir informação confidencial pode ser apreciado caso a caso. Por exemplo, as partes no processo administrativo podem ter apresentado pedidos de confidencialidade relativamente a outras partes no processo administrativo, mas podem não fazer os mesmos pedidos em relação às partes que requerem a divulgação ao tribunal nacional no âmbito de um

<sup>18</sup> Artigo 6.º, n.º 5, da Diretiva Ações de Indemnização.

<sup>19</sup> Processo T-353/94, *Postbank*, EU:T:1996:119, n.ºs 66 e 89; Ver também, para inspiração, a Comunicação sobre a cooperação com os tribunais nacionais, referida supra, ponto 24; e a Comunicação da Comissão relativa às regras de acesso ao processo nos casos de aplicação dos artigos 81.º e 82.º do Tratado CE, artigos 53.º, 54.º e 57.º do Acordo EEE e do Regulamento (CE) n.º 139/2004 do Conselho (JO C 325 de 22.12.2005, p. 7), com a última redação que lhe foi dada (JO C 144 de 23.4.2016, p. 29) («Comunicação relativa ao acesso ao processo»), ponto 24.

<sup>20</sup> Ver artigos 3.º e 9.º da Diretiva sobre os Segredos Comerciais.

<sup>21</sup> Ver artigo 339.º do TFUE. Ver também o processo C-53/85, *Akzo Chemie/Comissão*, EU:C:1986:256, n.º 28; processo C-36/92 P, *SEP/Comissão*, EU:C:1994:205, n.º 37, e processo C-15/16, *Baumeister*, EU:C:2018:464, n.º 53. A proteção de informações confidenciais é também um corolário do direito de todas as pessoas ao respeito pela sua vida privada e familiar previsto no artigo 7.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (*JO C 326 de 26.10.2012, p. 391*) (ver processo C-450/06, *Varec S.A./Estado belga*, EU:C:2008:91, n.ºs 46-54).

processo cível. O mesmo se aplica a terceiros de quem a Comissão possa ter obtido informações durante o procedimento administrativo.

25. Por outro lado, os tribunais nacionais devem ter em conta as regras nacionais ou a jurisprudência nacional relevante que definam informações confidenciais. Por conseguinte, a presente comunicação não estabelece uma definição de informações confidenciais para a aplicação privada do direito da concorrência da UE pelos tribunais nacionais. No entanto, a jurisprudência dos tribunais da UE<sup>22</sup>, que qualifica como informações confidenciais os elementos de prova que preenchem as seguintes condições cumulativas, pode constituir uma fonte de inspiração:

- (i) só são conhecidas por um número restrito de pessoas<sup>23</sup> e
- (ii) a sua divulgação é suscetível de causar um prejuízo sério à pessoa que as forneceu ou a terceiros; é geralmente esse o caso quando as informações têm valor comercial, financeiro ou estratégico. Neste sentido, o caráter confidencial das informações pode depender das pessoas a quem serão divulgadas (por exemplo, se são concorrentes, clientes ou fornecedores)<sup>24</sup>. Para apreciar o potencial para causar danos, é também importante analisar o quão recentes são as informações. As informações sensíveis relativas a uma relação comercial corrente ou futura, a planos de negócios internos e outras informações comerciais prospetivas podem frequentemente ser consideradas (pelo menos parcialmente) informações confidenciais. No entanto, mesmo tais informações podem perder o seu caráter confidencial quando «perderam importância comercial devido ao tempo que decorreu»<sup>25</sup> e
- (iii) os interesses que podem ser lesados pela divulgação da informação são, objetivamente, dignos de proteção. A este respeito, o interesse de uma parte em proteger-se, a si ou à sua reputação, contra qualquer decisão de indemnização proferida por um tribunal nacional devido à sua participação numa infração ao direito da concorrência não é um interesse digno de proteção<sup>26</sup>.

### **C. Cooperação entre a Comissão e os tribunais nacionais no contexto da divulgação de elementos de prova**

26. Nos processos cíveis relativos à aplicação dos artigos 101.º e 102.º do TFUE, um tribunal nacional pode decidir solicitar um parecer à Comissão sobre questões relativas à aplicação do

<sup>22</sup> Processo T-198/03, Bank Austria/Comissão, EU:T:2006:136, n.º 71; Processo T-474/04 Pergan Hilfsstoffe für industrielle Prozesse/Comissão, EU:T:2007:306, n.º 65; Processo T-88/09, Idromacchine/Comissão, EU:T:2011:641, n.º 45; Processo T-345/12, Akzo Nobel e outros/Comissão, EU:T:2015:50, n.º 65; e processo C-162/15 P Evonik Degussa/Comissão, ECLI:EU:C:2017:205, n.º 107.

<sup>23</sup> No entanto, as informações podem perder o seu caráter confidencial assim que fiquem «disponíveis em círculos especializados ou possam ser inferidas a partir das informações disponíveis ao público»; ver, por exemplo, o despacho nos processos apensos T-134/94 etc., NMH Stahlwerke/Comissão, EU:T:1996:85, n.º 40; despacho no processo T-89/96, British Steel/Comissão, EU:T:1997:77, n.º 29; despacho no processo T-271/03 Deutsche Telekom/Comissão, EU:T:2006:163, n.ºs 64 e 65; e despacho no processo T-336/07 Telefónica/Comissão, EU:T:2008:299, n.ºs 39, 63 e 64; ver também o ponto 23 da Comunicação relativa ao acesso ao processo.

<sup>24</sup> Tal é igualmente pertinente no que respeita à proteção de terceiros contra o risco de retaliação por parte de um concorrente ou de um parceiro comercial que possa exercer sobre estes uma pressão comercial ou económica significativa. Ver, por exemplo, o processo C-310/93, BPB Industries e British Gypsum/Comissão, EU:C:1995:101, n.ºs 26 e 27.

<sup>25</sup> As informações que eram confidenciais, mas que datam de cinco anos ou mais, devem ser consideradas históricas, a menos que, exceionalmente, o demandante demonstre que tais informações continuam a constituir elementos essenciais da sua posição comercial ou da de um terceiro; ver, a este respeito, o processo C-162/15 P, Evonik Degussa/Comissão, EU:C:2017:205, n.º 64; e o processo C-15/16, Baumeister, EU:C:2018:464, n.º 54. Ver também o ponto 23 da Comunicação relativa ao acesso ao processo.

<sup>26</sup> Ver o processo Bank Austria, referido *supra*, n.º 78, e o processo Evonik Degussa, referido *supra*, n.ºs 107 a 110 e 117. Ver também o acórdão do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem no processo Gillberg/Suécia [GC], n.º 41723/06, n.º 67, segundo o qual «o artigo 8.º não pode ser invocado para alegar um prejuízo para a sua reputação, que é a consequência previsível das suas próprias ações, como, por exemplo, a prática de uma infração penal.»

direito da concorrência da UE ou o envio de quaisquer informações jurídicas, económicas ou processuais na sua posse, em conformidade com o princípio da cooperação leal consagrado no artigo 4.º, n.º 3, do Tratado da União Europeia<sup>27</sup>. O tribunal nacional pode, por exemplo, solicitar documentos do processo da Comissão caso nenhuma outra parte (ou terceiro) os possa fornecer de modo razoável<sup>28</sup>. A este respeito, é importante recordar que, tal como acima exposto, a Comissão não pode transmitir documentos da lista negra ou, se o seu processo não estiver encerrado, documentos da lista cinzenta (ver ponto 18)<sup>29</sup>.

27. Além disso, a cooperação da Comissão com os tribunais nacionais não deve enfraquecer as garantias de que dispõem as pessoas singulares e coletivas em conformidade com o princípio do segredo profissional, nos termos do artigo 339.º do TFUE e do artigo 28.º do Regulamento (CE) n.º 1/2003<sup>30</sup>.
28. Quando a Comissão considerar que as informações solicitadas pelo tribunal nacional contêm informações confidenciais deve, antes de transmitir as informações em causa, perguntar ao tribunal nacional se este pode garantir a proteção das informações confidenciais e analisar as medidas aplicadas pelo tribunal nacional para esse efeito. O tribunal nacional deve oferecer à pessoa cujas informações confidenciais são objeto de divulgação as garantias necessárias para a proteção dessas informações<sup>31</sup>.
29. Se a Comissão considerar que os direitos das pessoas singulares e coletivas à proteção da confidencialidade podem ser devidamente garantidos pelo tribunal nacional, transmitir-lhe-á as informações solicitadas. O tribunal nacional pode então divulgar as informações nos processos nacionais, aplicando as medidas destinadas a proteger a confidencialidade das informações comunicadas à Comissão, e tendo em conta eventuais observações da Comissão sobre esta matéria.

### **III. Medidas destinadas à proteção das informações confidenciais**

#### **A. Introdução**

30. Enquanto fonte de inspiração e orientação não vinculativa, a presente comunicação pretende ajudar os tribunais nacionais a avaliar, no âmbito de um pedido de divulgação específico, que medidas pode ser necessário aplicar antes de divulgar informações confidenciais.
31. A título de exemplo, a Diretiva Ações de Indemnização refere algumas medidas, como a possibilidade de ocultar excertos sensíveis de documentos, conduzir audiências à porta fechada, restringir o número de pessoas autorizadas a ver os elementos de prova e dar instruções aos peritos no sentido de apresentarem resumos das informações de forma agregada ou de outra forma não confidencial<sup>32</sup>. Naturalmente, a escolha da medida utilizada para proteger as informações confidenciais ao ordenar a divulgação depende das regras processuais nacionais específicas, bem como do facto de certas medidas estarem ou não disponíveis.

<sup>27</sup> Artigo 15º, n.º 1, do Regulamento (CE) n.º 1/2003; Comunicação sobre a cooperação com os tribunais nacionais, pontos 21, 27 e 29; processo Postbank, n.º 65; ver também o processo Zwartveld n.ºs 21 e 22.

<sup>28</sup> Ver artigo 6.º, n.º 10, da Diretiva Ações de Indemnização.

<sup>29</sup> Ver artigo 16.º-A, n.º 2, do Regulamento (CE) n.º 773/2004 da Comissão, de 7 de abril de 2004, relativo à instrução de processos pela Comissão para efeitos dos artigos 81.º e 82.º do Tratado CE, com a última redação que lhe foi dada (JO L 123 de 27.4.2004, p. 18). Ver igualmente o ponto 26 da Comunicação sobre a cooperação com os tribunais nacionais no que respeita à recusa de transmissão de informações por razões imperiosas relacionadas com a necessidade de salvaguardar os interesses da União ou de evitar interferências com o seu funcionamento e independência.

<sup>30</sup> Processo Postbank, n.º 90.

<sup>31</sup> Comunicação sobre a cooperação com os tribunais nacionais, ponto 25. Ver também o ponto 12 do parecer da Comissão de 22 de dezembro de 2014, na sequência de um pedido apresentado nos termos do artigo 15.º, n.º 1, do Regulamento (CE) n.º 1/2003 do Conselho, de 16 de dezembro de 2002, relativo à execução das regras de concorrência estabelecidas nos artigos 81.º e 82.º do Tratado, *The Secretary of State for Health and others v. Servier Laboratories Limited and others* C(2014) 10264 final, disponível em [http://ec.europa.eu/competition/court/confidentiality\\_rings\\_final\\_opinion\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/competition/court/confidentiality_rings_final_opinion_en.pdf).

<sup>32</sup> Ver considerando 18 da Diretiva Ações de Indemnização.



32. A escolha de uma ou mais medidas eficazes para proteger a confidencialidade nos processos de divulgação será objeto de uma apreciação caso a caso, que pode depender de vários fatores, tais como:
- (i) a natureza e o grau de sensibilidade das informações objeto de divulgação (por exemplo, nomes de clientes, preços, estrutura dos custos, margens de lucro, etc.) e se, para efeitos do exercício dos direitos da parte que solicita a divulgação, o acesso a essas informações pode ou não ser concedido de forma agregada ou anónima,
  - (ii) a extensão da divulgação solicitada (ou seja, o volume ou o número de documentos a divulgar),
  - (iii) o número de partes afetadas pelo litígio e pela divulgação. Certas medidas de proteção da confidencialidade podem ser mais eficazes do que outras, consoante haja mais do que uma parte requerente e/ou mais do que uma parte que divulga as informações,
  - (iv) a relação entre as partes (por exemplo, se a parte que divulga as informações é um concorrente direto da parte que requer a divulgação<sup>33</sup>, se as partes têm uma relação de fornecimento constante, etc.),
  - (v) se os proprietários das informações objeto de divulgação envolvidos no litígio perante o tribunal nacional forem terceiros<sup>34</sup>. Os direitos dos terceiros em processo cíveis à proteção das suas informações confidenciais também devem ser tidos em conta<sup>35</sup>. A parte que divulga as informações pode ter na sua posse documentos de terceiros cujo conteúdo pode ser confidencial para a parte que requer essa divulgação ou para outras partes no processo<sup>36</sup>,
  - (vi) o círculo de pessoas autorizadas a aceder às informações (ou seja, se a divulgação deve ser concedida apenas a representantes legais externos ou se a parte requerente – representantes da empresa – também é autorizada a aceder às informações),
  - (vii) o risco de divulgação por inadvertência;
  - (viii) a capacidade do tribunal para proteger informações confidenciais durante todo o processo cível e mesmo após o encerramento do processo: os tribunais nacionais podem concluir que, para proteger de forma eficaz as informações confidenciais, não é suficiente uma medida única, podendo ser necessário adotar outras medidas durante o processo, e

<sup>33</sup> Por exemplo, se as partes forem concorrentes diretos, a medida escolhida deve assegurar que a forma como as informações são divulgadas não permite às partes concertarem-se nem confere à parte que solicita a divulgação uma vantagem concorrencial.

<sup>34</sup> A parte que divulga as informações pode não ser necessariamente o proprietário das informações. Por exemplo, uma parte pode ter tido acesso a informações de terceiros durante o procedimento administrativo perante a Comissão ou perante uma autoridade nacional da concorrência. Ter tido acesso às informações não faz com que essa parte seja o proprietário das informações.

<sup>35</sup> Ver, em especial, o artigo 5.º, n.º 7, da Diretiva Ações de Indemnização («Os Estados-Membros asseguram que as pessoas de quem se requer a divulgação tenham oportunidade de ser ouvidas antes de o tribunal nacional ordenar a divulgação [...]»).

<sup>36</sup> Por exemplo, no que se refere às versões não confidenciais dos documentos relativos a um processo de recolha de dados que foram especificamente preparadas para efeitos de acesso ao processo, ver o parecer da Comissão de 29 de outubro de 2015, em aplicação do artigo 15.º, n.º 1, do Regulamento (CE) n.º 1/2003 do Conselho, de 16 de dezembro de 2002, relativo à execução das regras de concorrência estabelecidas nos artigos 81.º e 82.º do Tratado, *Sainsbury's Supermarkets Ltd/Mastercard Incorporated e outros*, (C(2015) 7682 final), ponto 23, no qual a Comissão estabeleceu que, nessa fase, não tinha sido necessário tomar posição sobre se as informações eram confidenciais em relação a outras partes, mas que os terceiros que forneceram as informações podiam opor-se à partilha das informações com o demandante. O parecer concluiu que «[...] o facto de a Mastercard estar satisfeita com acordos específicos celebrados, tais como um círculo de confidencialidade, não significa necessariamente que esses acordos satisfaçam as partes que forneceram as informações.» O parecer está disponível em [http://ec.europa.eu/competition/court/sainsbury\\_opinion\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/competition/court/sainsbury_opinion_en.pdf).

- (ix) quaisquer outras restrições ou encargos administrativos associados à divulgação, tais como custos acrescidos ou medidas administrativas adicionais para o sistema judicial nacional, custos para as partes que divulgam as informações, potenciais atrasos no processo, etc.
33. Por último, a escolha da(s) medida(s) mais eficaz(es) pode depender da existência de sanções e da capacidade de as impor e aplicar em caso de incumprimento ou recusa de cumprimento das medidas ordenadas pelos tribunais para proteger as informações confidenciais. Os tribunais nacionais devem poder impor sanções suficientemente dissuasivas pelo incumprimento das obrigações de proteção de informações confidenciais, em especial para evitar que as partes utilizem documentos confidenciais fora do processo no âmbito do qual foram divulgados<sup>37</sup>. Nos termos do artigo 8.º da Diretiva Ações de Indemnização, os tribunais nacionais devem poder impor de forma efetiva sanções às partes, a terceiros e aos consultores jurídicos<sup>38</sup>.
34. A natureza e o âmbito exatos das sanções dependem das regras nacionais. Nos termos da Diretiva Ações de Indemnização, as sanções a aplicar pelo incumprimento de uma ordem de divulgação, pela destruição de elementos de prova relevantes, pelo incumprimento das obrigações impostas por decisão de um tribunal nacional destinadas a proteger informações confidenciais ou pela recusa de as cumprir, e pela violação dos limites à utilização dos elementos de prova previstos, incluem a possibilidade de tirar conclusões desfavoráveis, tais como presumir que os factos controvertidos ficaram provados ou julgar, total ou parcialmente, improcedentes os pedidos e meios de defesa, bem como condenar no pagamento das custas<sup>39</sup>. Os consultores jurídicos ou os peritos externos podem também ser sujeitos a sanções disciplinares pelas suas associações profissionais (por exemplo, suspensão, coimas, etc.).
35. Em conclusão, a escolha de uma medida de divulgação pode exigir uma apreciação exaustiva de múltiplos fatores. Para ajudar os tribunais nacionais nesta apreciação e com base na experiência da Comissão em processos administrativos e judiciais, a presente comunicação apresenta uma panorâmica das medidas mais comuns que — sob reserva da sua disponibilidade ao abrigo das regras processuais dos Estados-Membros — podem ser utilizadas para proteger informações confidenciais e das considerações pertinentes no que diz respeito à sua eficácia.

## **B. Círculos de confidencialidade**

36. Um círculo de confidencialidade é uma medida de divulgação através da qual determinadas categorias de informações, incluindo as informações confidenciais, são disponibilizadas pela parte que divulga as informações apenas a determinadas categorias de pessoas<sup>40</sup>.

### **B.1. Círculos de confidencialidade como meio eficaz para proteger a confidencialidade**

---

<sup>37</sup> Ver, por exemplo, o artigo 16.º da Diretiva sobre os Segredos Comerciais, que prevê a possibilidade de impor sanções a qualquer pessoa que não cumpra, ou se recuse a cumprir, as medidas adotadas para preservar a confidencialidade dos segredos comerciais no decurso de um processo judicial.

<sup>38</sup> Ver o artigo 8.º da Diretiva Ações de Indemnização. Ver igualmente o considerando 33 da Diretiva Ações de Indemnização. O recurso a sanções é essencial, tendo em conta que, na maioria dos casos, os tribunais nacionais podem não conseguir exercer um controlo em tempo real do cumprimento pelas partes das regras da ordem de divulgação, nomeadamente no caso de um círculo de confidencialidade.

<sup>39</sup> Artigo 8.º, n.º 2, da Diretiva Ações de Indemnização.

<sup>40</sup> Esta medida de divulgação é igualmente designada «clubes de confidencialidade», dependendo das jurisdições. Este tipo de medida também pode ser utilizado em processos administrativos. Para os procedimentos da Comissão, ver os pontos 96 e 97 da Comunicação da Comissão sobre boas práticas para a instrução de processos de aplicação dos artigos 101.º e 102.º do TFUE (JO C 308 de 20.10.2011, p. 6) e o ponto 9 das Melhores Práticas sobre a divulgação de informações em salas de consulta de dados em processos ao abrigo dos artigos 101.º e 102.º do TFUE e do Regulamento das Concentrações da UE, disponível em [http://ec.europa.eu/competition/mergers/legislation/disclosure\\_information\\_data\\_rooms\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/competition/mergers/legislation/disclosure_information_data_rooms_en.pdf). Para orientações sobre a utilização de círculos de confidencialidade nos processos da Comissão, ver [http://ec.europa.eu/competition/antitrust/conf\\_rings.pdf](http://ec.europa.eu/competition/antitrust/conf_rings.pdf).

37. Os círculos de confidencialidade podem ser uma medida eficaz para que os tribunais nacionais protejam a confidencialidade em diversas circunstâncias.
38. Em primeiro lugar, os círculos de confidencialidade podem ser eficazes para assegurar a divulgação de dados quantitativos ou de informações comerciais e/ou estratégicas muito sensíveis que, embora relevantes para o pedido da parte, são muito difíceis de sintetizar de forma significativa<sup>41</sup> ou não podem ser divulgadas sem correr o risco de serem excessivamente ocultadas<sup>42</sup> e, por conseguinte, sem perderem valor probatório. Ao divulgar documentos no círculo de confidencialidade, as informações confidenciais em questão são divulgadas de forma eficaz, mas os potenciais danos causados pela divulgação são controlados ou minimizados mediante a restrição do acesso às informações em função das diferentes circunstâncias do processo (por exemplo, o tipo e a natureza dos documentos, a relação entre as partes, a composição do círculo, os documentos de terceiros, etc.). Em tais situações, os círculos de confidencialidade ajudam a encontrar um equilíbrio entre a necessidade de divulgação e a obrigação de proteger informações confidenciais<sup>43</sup>.
39. Em segundo lugar, os círculos de confidencialidade podem permitir economia e ganhos de eficiência processuais, em especial se o número de documentos solicitados for significativo e se as partes conseguirem chegar a acordo quanto a uma lista restrita de documentos considerados pertinentes para efeitos do pedido. Não é necessário que as partes que divulgam as informações entrem em litígio sobre a confidencialidade de determinados elementos de informação, nem que o tribunal analise esses elementos, reduzindo assim a incerteza e os potenciais atrasos provocados pelas negociações de confidencialidade. A parte que divulga as informações não tem de preparar versões não confidenciais dos documentos que estarão disponíveis no âmbito do círculo (exceto, de forma mais restrita, nos casos em que os círculos de confidencialidade sejam utilizados como medida de filtragem)<sup>44</sup>.
40. Em terceiro lugar, para os tribunais nacionais, os círculos de confidencialidade podem constituir uma medida eficaz no que respeita aos custos financeiros da divulgação e, em especial, ao impacto económico da imposição às partes de certas medidas de divulgação. Pode especialmente ser esse o caso se as partes tiverem uma capacidade económica diferente e se a diferença em termos de recursos financeiros afetar a sua capacidade para exercer plenamente os seus direitos. Por exemplo, se as partes se envolverem em litígios de confidencialidade sobre a necessidade de um acesso mais abrangente, as custas judiciais poderão aumentar substancialmente para ambas as partes. Nessa situação, optar por um círculo de confidencialidade pode contribuir para reduzir os custos de divulgação, em especial nos casos em que as partes conseguirem chegar a acordo sobre uma lista restrita de documentos considerados relevantes para o pedido.

---

<sup>41</sup> Ver, por exemplo, o relatório da OCDE de 5 de outubro de 2011 sobre equidade processual: problemas de transparência nos processos de execução cíveis e administrativos, p. 12; ver também a nota informativa sobre transparência e equidade processual como tema a longo prazo para 2019-2020, 6-8 de junho de 2018, Centro de Conferências da OCDE, p. 4.

<sup>42</sup> Por exemplo, no que se refere aos dados recolhidos por contratantes externos junto dos participantes num inquérito da Comissão, a Comissão concluiu, no ponto 21 do seu parecer no processo Sainsbury's/Mastercard, que as informações não podiam ser tornadas anónimas de forma a respeitar plenamente o interesse legítimo dos fornecedores de dados na proteção das suas informações confidenciais.

<sup>43</sup> Ver, a este respeito, a divulgação num círculo de confidencialidade ordenada pelo Tribunal Geral no processo T-296/11, Cimentos Portland Valderrivas, SA/Comissão, n.º 24: «[...] para conciliar, por um lado, o princípio do contraditório e, por outro, as características da fase de instrução preliminar do procedimento, no qual a empresa em causa não dispõe do direito de informação sobre os elementos essenciais em que a Comissão se baseia nem do direito de acesso ao processo, o despacho de 14 de maio de 2013 limitou a consulta das informações fornecidas pela Comissão, unicamente, aos advogados da recorrente e condicionou-a a um compromisso de confidencialidade da sua parte.»

<sup>44</sup> Neste contexto, o consultor externo da parte requerente pode ser autorizado a analisar todas as informações solicitadas num círculo de confidencialidade, a fim de identificar os elementos de informação selecionados cuja divulgação efetiva à parte requerente será solicitada. Será preparada e partilhada com a parte requerente uma versão não confidencial desses documentos. Nesses casos, o círculo de confidencialidade será utilizado em conjugação com a ocultação.

41. Em quarto lugar, os círculos de confidencialidade não exigem necessariamente a entrega material das informações ou a presença física dos membros do círculo num determinado local. É frequente que as informações sejam transferidas e se encontrem acessíveis através de meios eletrónicos. Sempre que possível, a divulgação eletrónica tem diversas vantagens. Tanto para os tribunais nacionais como para as partes, a divulgação eletrónica não implica encargos inerentes a locais físicos que possam ter de ser reservados exclusivamente para essa utilização durante vários dias, à necessidade de viajar para os diferentes locais ou à instalação das ferramentas informáticas necessárias nesses diferentes locais, etc.
42. Por último, os círculos de confidencialidade podem ser uma medida eficaz para evitar os riscos de erros involuntários (humanos ou técnicos) que podem ocorrer durante o processo de ocultação de informações confidenciais em documentos.

## **B.2. Organização de um círculo de confidencialidade**

43. Se, no âmbito de um determinado processo, um tribunal nacional considerar que um círculo de confidencialidade é uma medida eficaz de divulgação, pode ter de decidir sobre uma série de elementos que serão estabelecidos na decisão judicial, mesmo que alguns aspetos possam encontrar-se já estabelecidos em orientações gerais do tribunal ou noutras regras processuais<sup>45</sup>. Os elementos mais significativos são os seguintes:

### **a. Identificação das informações acessíveis no âmbito do círculo**

44. O tribunal nacional terá de identificar os elementos de prova específicos ou as categorias de informações (por exemplo, uma lista de documentos) a incluir no círculo de confidencialidade.
45. Por exemplo, nos processos de indemnização de seguimento, as informações a divulgar no círculo de confidencialidade podem incluir a versão confidencial da decisão da Comissão ou da autoridade nacional da concorrência competente, as informações preparadas e que lhes foram apresentadas pela parte que divulga as informações durante o processo administrativo e as informações obtidas pela parte que divulga as informações durante o procedimento de acesso ao processo, ou outras informações específicas das partes ou de terceiros, relacionadas com o pedido, que não constavam do processo administrativo.
46. A este respeito, tal como acima exposto, o acordo das partes relativamente a uma lista restrita de documentos considerados relevantes para efeitos do processo pode facilitar a decisão do tribunal. No entanto, nem sempre é possível que as partes cheguem a acordo relativamente a este tipo de divulgação, uma vez que outros interesses, por exemplo os de terceiros, podem exigir a intervenção do tribunal nacional. Por conseguinte, o tribunal pode ter de definir as regras de divulgação, mesmo que as partes tenham concordado com o procedimento.

### **b. Composição do círculo**

47. Ouvidas as partes, o tribunal pode decidir quem serão os membros do círculo confidencial, bem como os níveis de acesso dos membros<sup>46</sup>.
48. É provável que os membros do círculo de confidencialidade sejam as pessoas que terão o direito de analisar os documentos no âmbito do círculo de confidencialidade. A decisão sobre a composição do círculo é um exercício caso a caso, que dependerá em grande medida do tipo e da natureza das informações objeto do pedido de divulgação.

---

<sup>45</sup> Ver, como exemplo de medidas de organização do processo, as disposições práticas de execução do Regulamento de Processo do Tribunal Geral, em especial as páginas 34-37, relativas à confidencialidade (JO L 152 de 18.6.2015, p. 1), a retificação (JO L 196 de 21.7.2016, p. 56) e as alterações adotadas em 13 de julho de 2016 (JO L 217 de 12.8.2016, p. 78).

<sup>46</sup> A decisão sobre a composição do círculo pode também definir o número máximo de membros por parte.

49. Os membros do círculo confidencial podem incluir desde consultores externos das partes (por exemplo, consultores jurídicos ou outros consultores externos) a consultores internos e/ou outros representantes da empresa.
50. Após ter tomado uma decisão sobre a composição do círculo de confidencialidade, o tribunal pode ter de identificar cada membro através do nome, cargo ou função e relação com as partes<sup>47</sup>. O tribunal pode também identificar o pessoal do tribunal que deve estar presente ou que pode aceder ao círculo, juntamente com as partes ou em qualquer outro momento no caso de círculos de confidencialidade materiais.

#### *Consultores externos*

51. Em função da relação entre as partes que requerem e as partes que divulgam as informações, o acesso ao círculo pode ter de ser limitado a consultores externos. Os consultores externos podem incluir não só consultores jurídicos, mas também outros consultores ou peritos, como, por exemplo, contabilistas, economistas, consultores financeiros ou auditores, consoante as necessidades do caso em apreço.
52. Pode ser necessária a restrição do acesso a consultores jurídicos externos, uma vez que o consultor interno pode também desempenhar várias funções diferentes na sua empresa. Um consultor interno pode frequentemente participar, direta ou indiretamente, na tomada de decisões estratégicas da empresa. O risco de as informações a que o consultor interno teve acesso no círculo de confidencialidade poderem posteriormente afetar o seu aconselhamento aos administradores da empresa no âmbito da tomada de decisões empresariais pode ser demasiado elevado para lhe permitir aceder a certos dados confidenciais em determinadas circunstâncias (por exemplo, quando as partes no processo cível são concorrentes efetivos ou potenciais e o acesso a informações estratégicas ou sensíveis do ponto de vista comercial pode dar-lhes uma vantagem concorrencial injustificada; quando as partes têm uma relação de fornecimento; ou quando as informações a divulgar incluem acordos ainda em vigor e contêm, por conseguinte, informações confidenciais atuais).
53. De um modo geral, os consultores externos não participam nos processos de tomada de decisão das empresas que representam e, em várias ordens jurídicas dos Estados-Membros, é-lhes permitido o acesso a segredos comerciais, planos estratégicos ou outros dados sensíveis. No entanto, uma vez que limitar o acesso a consultores externos pode, em certa medida, restringir o exercício do direito das próprias partes a aceder aos elementos de prova, os tribunais podem ter de ponderar cuidadosamente o tipo de documentos objeto de divulgação e apenas restringir o acesso a consultores externos quando tal for necessário e possível no âmbito das regras processuais nacionais da UE (ver, no ponto 55 infra, as regras constantes da Diretiva sobre os Segredos Comerciais).

#### *Consultores internos e/ou outros representantes da empresa*

54. Pode haver circunstâncias em que o tribunal nacional considere adequado que os consultores internos e/ou os representantes de empresas (por exemplo, administradores ou outro pessoal<sup>48</sup>) acessem aos círculos de confidencialidade. Pode ser esse o caso quando as informações confidenciais em causa (na sua totalidade ou em parte) são consideradas menos sensíveis do ponto de vista comercial ou quando a divulgação aos trabalhadores da empresa não é suscetível de causar danos, devido, por exemplo, à relação entre as partes.
55. O acesso de consultores internos e/ou de outros representantes da empresa pode também ser concedido mediante pedido fundamentado dos representantes legais externos<sup>49</sup>. Estes pedidos são apresentados se o consultor jurídico externo considerar que a defesa do seu cliente não pode ser devidamente assegurada sem que sejam divulgadas ao cliente informações que

---

<sup>47</sup> Ver o parecer da Comissão no processo Servier já referido.

<sup>48</sup> Por exemplo, as pessoas contratadas pela parte requerente através de contratos de trabalho ou outro tipo de contratos de serviços ou acordos contratuais.

<sup>49</sup> Ver também, como fonte de inspiração, o ponto 47 da Comunicação relativa ao acesso ao processo.

constam de alguns dos documentos (ou de partes dos mesmos). É o que acontece, por exemplo, quando o consultor jurídico externo não consegue avaliar a exatidão ou a pertinência das informações para o pedido da parte, ou quando as informações são demasiado técnicas ou específicas de um produto ou serviço e exigem conhecimentos do setor ou da indústria para efetuar uma avaliação da pertinência. Em especial, em litígios relacionados com a aquisição, utilização ou divulgação ilegais de segredos comerciais, o artigo 9.º, n.º 2, da Diretiva sobre os Segredos Comerciais exige que o círculo restrito de pessoas com direito de acesso às provas seja composto por, pelo menos, uma pessoa singular de cada parte<sup>50</sup>.

56. Além disso, nalgumas ordens jurídicas dos Estados-Membros, pode ser possível, em situações específicas, solicitar o consentimento do tribunal para partilhar determinados elementos de informação com os consultores internos ou com representantes da empresa, sem permitir que estes sejam membros do círculo.
57. O acesso de consultores internos e/ou de representantes da empresa deve ser apreciado caso a caso e pode depender da proximidade das pessoas proposta pelas partes em relação à empresa ou ao setor de atividade a que se refere o pedido, ou de outras circunstâncias de facto.
58. Por conseguinte, consoante as regras nacionais específicas e os factos específicos em apreço, os círculos de confidencialidade podem ser constituídos apenas por consultores jurídicos externos ou por uma combinação de consultores jurídicos externos, outros peritos externos (por exemplo, economistas, contabilistas, auditores, etc.), consultores internos e/ou representantes da empresa.

#### *Direitos de acesso*

59. Se o círculo de confidencialidade for composto por consultores jurídicos externos e consultores internos e/ou representantes da empresa, tanto é possível que todas as partes tenham acesso a todas as informações divulgadas no círculo, como que sejam concedidos diferentes direitos de acesso.
60. Pode acontecer que os círculos de confidencialidades sejam constituídos por dois níveis de acesso: um nível interior do círculo, composto por consultores jurídicos externos que tenham o direito de aceder às informações mais sensíveis, e um nível exterior do círculo, composto por consultores internos e/ou representantes da empresa que tenham o direito de aceder às restantes informações confidenciais.
61. Mediante pedido fundamentado da parte que divulga as informações, o tribunal pode — em função dos procedimentos nacionais — impor também restrições especiais ao acesso de determinados membros do círculo a documentos específicos.
62. Nalguns casos, o pessoal administrativo e/ou de apoio pode também ter acesso aos círculos de confidencialidade (incluindo, por exemplo, prestadores externos de serviços de apoio à divulgação eletrónica ou a processos litigiosos contratados para prestarem serviços técnicos eletrónicos) sob a supervisão de outras pessoas identificadas no âmbito do círculo e ao abrigo das mesmas obrigações de confidencialidade.

#### *c. Compromissos escritos dos membros do círculo*

63. Os membros do círculo de confidencialidade podem ser convidados a apresentar ao tribunal compromissos escritos sobre o tratamento confidencial de todas as informações incluídas no círculo de confidencialidade.
64. Tais compromissos podem incluir, nomeadamente, a obrigação de não divulgar as informações confidenciais a quaisquer pessoas que não as indicadas pelo tribunal enquanto

---

<sup>50</sup> Este requisito aplica-se apenas aos segredos comerciais e não pode ser extrapolado para outras informações confidenciais.

membros do círculo sem o consentimento expresso do tribunal<sup>51</sup>; a obrigação de apenas utilizar as informações confidenciais para efeitos do processo cível em que a ordem de divulgação foi emitida; a obrigação de assegurar a guarda adequada das informações entre os membros do círculo; a obrigação de adotar qualquer medida que seja necessária, consoante as circunstâncias, para impedir o acesso não autorizado; a obrigação de devolver ou destruir quaisquer cópias de documentos que contenham informações confidenciais; a obrigação de não imprimir os documentos consultados em formato eletrónico ou de os tornar inacessíveis para as pessoas identificadas a partir de qualquer computador ou dispositivo após uma data específica, etc.

65. Estes compromissos e, em especial, a obrigação de não divulgar informações confidenciais aos clientes podem ter uma importância significativa nas jurisdições em que os consultores jurídicos externos estão vinculados, ao abrigo das regras deontológicas ou de outras regras, a partilhar as informações com os seus clientes.
66. Além disso, quando os representantes das empresas participam num círculo de confidencialidade, podem ser sujeitos a exigências bastante elevadas. Por exemplo, o tribunal nacional pode considerar adequado exigir que o trabalhador em causa deixe de trabalhar no ramo de atividade visado pelo pedido.

#### d. Logística

67. Os círculos de confidencialidade exigem que os tribunais nacionais decidam sobre diversas medidas de organização, de infraestrutura e de logística<sup>52</sup>. Em primeiro lugar, os círculos de confidencialidade podem implicar a divulgação material ou eletrónica de informações confidenciais. A divulgação material pode ser organizada e realizada, nas instalações judiciais, com o controlo da divulgação das informações pelo pessoal do tribunal ou pelas partes, nas suas instalações, sem qualquer intervenção do tribunal. A divulgação material pode implicar a entrega de cópias em papel de documentos, mas também a divulgação de elementos de prova através de CD, DVD ou chave USB num local físico nas instalações do tribunal ou nas instalações das partes.
68. A divulgação num círculo de confidencialidade pode também ocorrer por via eletrónica. Nesse caso, os dados são carregados e armazenados num endereço eletrónico (por exemplo, na nuvem) durante o exercício de divulgação e o acesso às informações é protegido por palavras-passe.
69. Se a divulgação das informações no círculo de confidencialidade não for feita por via eletrónica, mas for realizada nas instalações do tribunal, o tribunal pode ter de assegurar que as instalações em que é disponibilizado o acesso às informações são adequadas, a menos que as pessoas que acedem ao círculo estejam autorizadas a trazer o seu próprio equipamento.
70. Em segundo lugar, o tribunal pode determinar a duração do exercício de divulgação.
71. Em terceiro lugar, o tribunal pode também ter de decidir as horas de disponibilidade das salas de informação (por exemplo, apenas durante as horas de expediente), se o pessoal do tribunal tem de estar presente nas salas de divulgação, se podem ser introduzidos nas salas notas ou ficheiros, etc.
72. Por último, a fim de assegurar que, durante o procedimento, as informações confidenciais divulgadas aos consultores externos das partes num círculo de confidencialidade se encontram protegidas, os tribunais nacionais podem solicitar às partes que apresentem uma versão

---

<sup>51</sup> Trata-se de um desvio relativamente à prática habitual, segundo a qual o representante legal de uma parte é autorizado a divulgar aos seus clientes as informações e os articulados recebidos de outras partes no processo e de os discutir livremente.

<sup>52</sup> A proteção de informações confidenciais no contexto dos pedidos de divulgação pode exigir alterações ao funcionamento habitual da logística do tribunal ou até dos procedimentos telemáticos, bem como a implementação de procedimentos *ad hoc*, numa base casuística, dentro dos limites do direito processual nacional aplicável.

confidencial e uma versão não confidencial dos seus articulados (em que a versão não confidencial apenas inclua, por exemplo, os dados quantitativos de forma agregada ou anonimizada)<sup>53</sup>, que só seja feita referência às informações confidenciais num anexo confidencial ou que sejam tomadas outras medidas para proteger a natureza confidencial das informações.

### **C. Ocultações**

73. Ao decidir sobre a medida de divulgação adequada, os tribunais nacionais podem também considerar a possibilidade de ordenar à parte que divulga as informações que altere os documentos, eliminando as informações confidenciais. Este procedimento é conhecido por ocultação.
74. As ocultações podem incluir a substituição de cada informação confidencial por dados anonimizados ou por dados agregados, a substituição de parágrafos suprimidos por resumos não confidenciais informativos ou significativos ou mesmo a completa supressão das partes dos documentos que contêm as informações confidenciais.
75. Pode ser exigido às partes que divulgam as informações que limitem a ocultação ao estritamente necessário para proteger os interesses dos proprietários das informações. As ocultações limitadas de certas informações confidenciais podem ser suficientes para proteger todas as informações confidenciais constantes de um ou de vários documentos. Por exemplo, ocultar os nomes dos clientes, deixando visíveis as respetivas quantidades de produtos fornecidos, pode ser suficiente para proteger a confidencialidade<sup>54</sup>.
76. A ocultação de informações pertinentes sem a substituição das informações por um texto não confidencial pode não permitir encontrar um bom equilíbrio entre o direito da parte que divulga as informações à proteção de informações confidenciais e o direito da parte que solicita o acesso aos elementos de prova para fundamentar o seu pedido ou a sua defesa. As ocultações excessivas de páginas ou de secções inteiras de documentos ou de anexos completos podem também não ser aceitáveis para efeitos do processo.

#### **C.1. Ocultações como meio eficaz para proteger a confidencialidade**

77. As ocultações podem ser uma medida eficaz para proteger as informações confidenciais de categorias de documentos quando, apesar da substituição das informações confidenciais por um texto não confidencial, os documentos e as informações divulgados continuam a ser significativos e adequados para o exercício dos direitos da parte que solicita a divulgação.
78. Assim, a utilização de ocultações pode ser especialmente eficaz quando as informações confidenciais dizem respeito a dados ou valores do mercado (por exemplo, volume de negócios, lucros, quotas de mercado, etc.) que podem ser substituídos por intervalos representativos ou quando os dados qualitativos podem ser resumidos de forma significativa.
79. As ocultações também podem constituir uma medida eficaz para proteger as informações confidenciais quando o volume de informações confidenciais objeto de divulgação for reduzido. Se o número de documentos a ocultar for significativo, pode ser mais adequado, consoante as circunstâncias do processo, recorrer a outras medidas de divulgação, tendo em conta o tempo, os custos e os recursos necessários para preparar versões não confidenciais.
80. Por último, a ocultação de informações confidenciais de terceiros também pode ser eficaz nos casos em que o detentor das informações possa ter na sua posse informações de terceiros que

---

<sup>53</sup> As versões não confidenciais dos articulados devem permitir às outras partes compreender as alegações e os elementos de prova em causa, para que possam discutir o processo com os seus representantes legais e dar-lhes instruções em conformidade.

<sup>54</sup> O acesso às informações sobre os volumes fornecidos pode ser essencial para quantificar os danos sofridos no nível mais baixo da cadeia de abastecimento (ou seja, por clientes indiretos).



possam não ser confidenciais em relação a ele, mas sê-lo em relação à parte requerente<sup>55</sup>. Por exemplo, pode ser esse o caso se a parte requerente que obterá o acesso às informações e o terceiro forem concorrentes. Nesses casos, a parte que divulga as informações pode ter de obter o acordo de terceiros para divulgar as informações confidenciais ou obter o seu acordo para uma proposta de ocultação<sup>56</sup>. No entanto, os tribunais nacionais podem considerar que as ocultações são menos eficazes nos casos em que o pedido inclui um grande número de documentos de terceiros, uma vez que o processo de articulação com terceiros a este respeito pode tornar a tarefa mais complexa.

## **C.2. Ocultação de informações confidenciais**

81. Consoante as diferentes regras processuais, os tribunais nacionais podem participar mais ou menos ativamente no processo de ocultação. Os tribunais nacionais podem supervisionar e controlar o processo de ocultação e ser os interlocutores das partes e de terceiros. Em alternativa, as partes podem ser as principais responsáveis por assegurar versões não confidenciais e/ou obter o acordo dos terceiros relativamente às propostas de ocultação.
82. Em qualquer caso, para conduzir o processo de preparação de versões não confidenciais, os tribunais nacionais podem considerar útil emitir orientações gerais para as partes e/ou orientações específicas para o processo pendente, se tal for possível de acordo com as regras processuais nacionais. Tais orientações podem ser úteis para que os tribunais definam os procedimentos que as partes devem seguir no âmbito da ocultação de informações confidenciais e para descrever claramente as respetivas responsabilidades.
83. Para um tratamento eficiente dos pedidos de ocultação, os tribunais nacionais podem solicitar às partes:
  - (i) que assinalem entre parênteses retos todas as informações confidenciais nos documentos confidenciais originais e que as destaquem de forma a que permaneçam legíveis antes de tomar uma decisão sobre o que deve ser ocultado,
  - (ii) que elaborem uma lista de todas as informações que propõem ocultar (todas as palavras, dados, parágrafos e/ou secções a ocultar),
  - (iii) que apresentem, para cada ocultação proposta, as razões pelas quais as informações devem ser tratadas de forma confidencial,
  - (iv) que não se limitem a substituir as informações ocultadas por simples indicações, tais como «segredo comercial», «confidencial» ou «informações confidenciais», mas por um resumo não confidencial informativo e significativo das informações ocultadas<sup>57</sup>. Ao ocultar dados quantitativos (por exemplo, vendas, volume de negócios, lucros, dados sobre as quotas de mercado, preços, etc.), podem ser utilizados intervalos significativos ou valores agregados. Por exemplo, para os dados relativos às vendas e/ou ao volume de negócios, os intervalos superiores a 20 % do valor exato podem não ser significativos; na mesma ordem de ideias, para as quotas de mercado, os intervalos superiores a 5 % podem também não ser significativos, consoante as circunstâncias do processo pendente no tribunal,
  - (v) que apresentem versões não confidenciais dos documentos em causa que reflitam a estrutura e o formato das versões confidenciais. Em especial, as informações

---

<sup>55</sup> Esta situação pode ocorrer porque os documentos de terceiros não incluem informações confidenciais relativamente ao detentor das informações ou porque este já teve acesso a uma versão não confidencial dos documentos, em que as informações consideradas confidenciais em relação ao detentor das informações tinham sido previamente ocultadas.

<sup>56</sup> Com efeito, o facto de o detentor das informações concordar, por exemplo, com as condições de um círculo de confidencialidade, não significa que estas sejam aceitáveis para terceiros. Ver ponto 23 do parecer da Comissão no processo *Sainsbury's Supermarkets Ltd v MasterCard Incorporated* e outros, já referido.

<sup>57</sup> Ver, por exemplo, o artigo 103.º, n.º 3, do Regulamento de Processo do Tribunal Geral.

constantes do documento original, tais como títulos ou cabeçalhos, números de páginas e listas de parágrafos, devem permanecer inalteradas, para que a pessoa que lê o documento consiga compreender a extensão das oclusões e o seu impacto na capacidade de compreender as informações quando estas forem divulgadas,

- (vi) que assegurem que as versões não confidenciais apresentadas são tecnicamente fiáveis e que as informações oclusadas não podem ser recuperadas por qualquer meio, incluindo através da utilização de ferramentas forenses.
84. Depois de apresentados os pedidos de oclusão, compete ao tribunal nacional decidir se as propostas de oclusão são aceitáveis. Em caso de litígio, o tribunal deve poder ouvir as partes e os terceiros interessados antes de tomar uma decisão.
85. Depois de oclusadas, as versões não confidenciais dos documentos originais podem ser utilizadas durante o processo cível e não pode ser exigida qualquer outra proteção.

#### **D. Nomeação de peritos**

86. Nalgumas jurisdições, os tribunais nacionais podem também decidir nomear um terceiro com conhecimentos especializados num domínio específico (por exemplo, contabilidade, finanças, direito da concorrência, auditoria, etc.) para aceder às informações confidenciais abrangidas por um pedido de divulgação. O papel deste perito nomeado pelo tribunal é diferente do dos peritos nomeados pelas partes, que são frequentemente utilizados nalgumas jurisdições para apoiar o pedido ou a defesa de uma parte.
87. Se as regras processuais nacionais o permitirem, a missão do perito pode ser, por exemplo, redigir um resumo não confidencial significativo das informações a disponibilizar à parte requerente. Em alternativa, e consoante as regras processuais nacionais aplicáveis, o perito pode ser convidado a redigir um relatório confidencial que possa ser disponibilizado apenas ao consultor externo da parte requerente e uma versão não confidencial do relatório para a parte requerente.

##### **D.1. Nomeação de peritos como meio eficaz para proteger a confidencialidade**

88. A nomeação de peritos pode revelar-se uma medida eficaz, em primeiro lugar, quando as informações a divulgar são muito sensíveis do ponto de vista comercial e de natureza quantitativa ou técnica (por exemplo, informações constantes de livros comerciais ou contabilísticos, dados de clientes, processos de fabrico, etc.). Nesses casos, os peritos podem resumir e/ou agregar as informações confidenciais para as tornar acessíveis à parte que solicita a divulgação.
89. Em segundo lugar, os peritos também se podem revelar eficazes se uma das partes solicitar um acesso adicional a documentos confidenciais que contenham dados subjacentes. Pode ser esse o caso, por exemplo, em pedidos de indemnização em que seja necessário ter acesso aos dados subjacentes para calcular a parte dos custos adicionais repercutidos (por exemplo, preços de venda, volume de vendas, descontos, documentos internos que revelem estratégias de fixação de preços, etc.).
90. Em terceiro lugar, nos casos em que um grande número de documentos a divulgar diga respeito a informações confidenciais de terceiros, os tribunais podem considerar mais eficaz nomear um perito para aceder às informações e emitir um parecer quanto à natureza confidencial das informações do que encetar discussões com as partes sobre o âmbito das oclusões ou organizar um círculo de confidencialidade.

##### **D.2. Instrução dos peritos**

91. Compete ao tribunal nacional nomear e dar instruções aos peritos nomeados. Consoante as diferentes regras processuais, os tribunais nacionais podem nomear peritos independentes de

uma lista de peritos «aprovados pelos tribunais», de uma lista de peritos propostos pelas partes, etc. Em conformidade com as regras processuais nacionais, ao nomear um perito, o tribunal nacional pode também ter de ponderar ou decidir quem suportará os custos dos peritos.

92. Depois de escolhido o perito, os tribunais nacionais podem solicitar-lhe que apresente compromissos escritos sobre o tratamento confidencial de quaisquer informações a que tenha acesso.
93. Tal como acontece com os membros de um círculo de confidencialidade, pode ser exigido aos peritos que não divulguem informações confidenciais a quaisquer pessoas que não as indicadas pelo tribunal, ou sem o consentimento expresso do tribunal; que apenas utilizem as informações confidenciais para efeitos do processo cível em que a ordem de divulgação foi emitida; que assegurem a guarda adequada das informações; que adotem qualquer medida que seja necessária, consoante as circunstâncias, para impedir o acesso não autorizado e que devolvam ou destruam quaisquer cópias de documentos que contenham informações confidenciais, etc.
94. Também pode ser exigido aos peritos que declarem quaisquer conflitos de interesses que possam impedi-los de desempenhar as suas funções.
95. Além disso, o tribunal pode dar instruções ao perito quanto ao tipo de relatório a apresentar (por exemplo, resumo, relatório de dados agregados, etc.) e pedir-lhe ou não que apresente uma versão confidencial e uma versão não confidencial do relatório.
96. Sempre que seja apresentada uma versão confidencial do relatório de um perito, esta só pode geralmente ser partilhada com os representantes legais externos das partes; às partes só pode ser concedido o acesso a uma versão não confidencial do relatório. Se o tribunal nacional limitar o acesso à versão confidencial do relatório elaborado por um perito a um representante legal externo de uma parte, ser-lhe-á pedido que não partilhe com o seu cliente as informações confidenciais dele constantes. Se, ao abrigo das regras processuais nacionais, as partes estiverem autorizadas a nomear os seus próprios peritos, a missão do perito independente pode ter em conta esse facto e facultar também aos peritos das partes o acesso aos elementos de prova.
97. Se, ao abrigo das regras nacionais, as partes puderem aceder a uma versão confidencial do relatório do perito, são igualmente aplicáveis a esta situação todas as ressalvas acima sublinhadas no que respeita ao acesso do cliente a informações confidenciais divulgadas num círculo de confidencialidade (ver pontos 54-57).

#### **IV. Proteção das informações confidenciais durante o processo e na sequência deste**

98. Os tribunais nacionais podem também ter de analisar a forma como as informações confidenciais serão utilizadas e citadas, por exemplo, no âmbito dos articulados e/ou durante as audiências.
99. Por exemplo, se os representantes das partes utilizarem as informações a que acederam num círculo de confidencialidade ou constantes de um relatório confidencial de um perito nos seus articulados, os tribunais nacionais podem pedir-lhe que apenas façam referência a essas informações em anexos confidenciais a apresentar juntamente com os articulados principais. Se os representantes das partes desejarem fazer referência a essas informações durante a audiência em tribunal, ou se um perito for ouvido relativamente a esses elementos de prova, os tribunais nacionais podem organizar audiências à porta fechada, se tal for possível de acordo com as normas de processo civil aplicáveis.
100. A necessidade de proteger informações confidenciais pode também surgir mais tarde, por exemplo, no momento da adoção, notificação ou publicação das sentenças ou dos acórdãos, no caso de pedidos de acesso aos registos do tribunal ou durante a fase de recurso. Com efeito, os relatórios confidenciais de peritos podem fazer parte do processo do tribunal. Nesses casos, os

tribunais nacionais podem ter de adotar medidas para proteger tais informações após o encerramento do processo cível ou, se tal não for possível do ponto de vista processual, solicitar que os peritos apenas preparem versões não confidenciais dos seus relatórios.

#### **A. Audiências à porta fechada**

101. De acordo com o princípio da justiça aberta, os processos cíveis são, em geral, de natureza pública<sup>58</sup> e os tribunais nacionais podem ponderar o interesse em proteger as informações confidenciais e a necessidade de limitar a interferência com o princípio da justiça aberta.
102. Os tribunais nacionais podem decidir excluir as referências a informações confidenciais nas audiências públicas ou apenas realizar à porta fechada as partes das audiências em que as informações confidenciais possam ser discutidas. Neste caso, os tribunais nacionais terão de decidir quem será autorizado a assistir à sessão à porta fechada. Esta decisão pode depender do modo como as informações confidenciais foram divulgadas (por exemplo, aos consultores externos das partes, a um perito, aos representantes da empresa das partes, etc.).
103. As audiências à porta fechada podem ser um meio eficaz para proceder ao contraditório em relação a elementos confidenciais divulgados no âmbito de um círculo de confidencialidade ou para ouvir os peritos relativamente aos elementos de prova confidenciais constantes dos seus relatórios.
104. Durante as partes das audiências que se realizam à porta fechada, só podem ser autorizados a participar os representantes externos e/ou internos da empresa a quem foi concedido acesso aos documentos confidenciais no âmbito do círculo de confidencialidade e (se aplicável) o perito que teve acesso às informações.

#### **B. Publicação**

105. Os tribunais nacionais podem ter de assegurar que as decisões ou as sentenças ou acórdãos a publicar não incluem informações confidenciais.
106. Para proteger as informações confidenciais das partes ou de terceiros, ao proferir uma sentença ou acórdão e ordenar a sua publicação, os tribunais nacionais podem ponderar tornar anónimas quaisquer informações suscetíveis de identificar a fonte da informação ou ocultar partes da sentença ou do acórdão que façam referência a informações confidenciais da versão da decisão acessível ao público<sup>59</sup>.
107. Para além da publicação, o tribunal pode também ter de ponderar a forma de proteger as informações confidenciais na versão da sentença ou do acórdão a notificar às partes, sem prejuízo do direito de recurso destas.

#### **C. Acesso aos registos do tribunal**

108. Os tribunais nacionais podem também ter necessidade de proteger informações confidenciais relativas a pedidos de acesso aos registos do tribunal (quer apenas à sentença ou acórdão quer à totalidade do processo), se tal for possível de acordo com as regras processuais nacionais.
109. Os tribunais nacionais podem decidir restringir o acesso quer no que diz respeito a uma parte do processo do tribunal (por exemplo, para recusar o acesso a documentos divulgados no âmbito de um círculo de confidencialidade, a relatórios de peritos, a atas de audiências, à versão confidencial dos articulados, etc.), quer em relação à totalidade do processo. Em especial, os tribunais nacionais podem ter de ordenar a elaboração de uma versão não

---

<sup>58</sup> Ver o artigo 6.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e o artigo 47.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, já referidos. As exceções a este princípio podem estar relacionadas, nalguns Estados-Membros, com a manutenção da ordem pública, a proteção dos direitos fundamentais ou outros objetivos gerais.

<sup>59</sup> Ver igualmente artigo 9.º, n.º 2, alínea c), da Diretiva sobre os Segredos Comerciais.

confidencial da ata da audiência para integrar no registo do processo do tribunal ou decidir que algumas informações sejam referidas durante a audiência sem que sejam registadas no processo.

110. Ao decidir se devem limitar total ou parcialmente o acesso, os tribunais podem ter de avaliar quem solicita o acesso ao processo do tribunal. Por exemplo, os tribunais podem ter de levar em consideração que as pessoas que solicitam o acesso ao processo podem operar no mesmo mercado ou atividade que as partes envolvidas no processo cível (por exemplo, concorrentes das partes, parceiros comerciais, etc.) e podem ter um interesse especial em aceder ao processo do tribunal após o encerramento do mesmo.
111. Em função das regras processuais nacionais aplicáveis, se a quantidade de informações confidenciais for grande e se durante o processo tiverem sido ordenadas medidas tais como círculos de confidencialidade, o tribunal pode considerar que proibir totalmente o acesso ao processo do tribunal por um determinado prazo é mais eficiente do que proceder a uma revisão do processo com vista à eliminação de categorias de documentos ou de documentos que poderiam ou não estar acessíveis depois de a decisão ser proferida.